

Fazenda quer a sua Procuradoria

SORAYA ALENCAR
Da Editoria de Economia

O projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral está mesmo provocando sérias dores de cabeça no ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e nos seus assessores. Além da questão da reforma tributária, que a Fazenda já se posicionou radicalmente contra e luta para modificar o substitutivo em votação, a previsão da extinção da Procuradoria da Fazenda Nacional surge como outro grande ponto de discórdia entre a Constituição e o Governo.

Na opinião do procurador-geral, Cid Heráclito de Queiroz, que tem acompanhado de perto os trabalhos dos parlamentares, a proposta de extinção surpreendeu o órgão e é feita sem que se conheçam as razões de fato ou de direito para executá-la. Ele defende que seja mantida a Procuradoria até por uma questão de tradição, uma vez que o órgão é o mais antigo na área jurídica nacional com 400 anos. Cid Heráclito insiste ainda que a Procuradoria cuja principal função é a de controlar a dívida ativa da União, seja mantida para evitar que haja uma verdadeira proliferação de outros órgãos jurídicos pequenos que seriam vinculados a uma

monstruosa Procuradoria-Geral da União.

Apesar de definir a eficiência da PGF como razoável, o procurador adverte que o povo não teria como arcar com as despesas de criação de mais um órgão federal quando a luta de todos está sendo pela diminuição destes através de um processo de extinção ou de fusão, o que contribuiria para a redução do déficit público. Ele compara que enquanto a Procuradoria atual trabalha com o total de 300 procuradores, o novo órgão seria composto de uma média de 5 mil advogados que trabalhariam na defesa da União em todo o País, tendo como função principal a cobrança de impostos atrasados devidos ao Tesouro Nacional, em outras palavras o mesmo que vem sendo feito pela Procuradoria vinculada ao Ministério da Fazenda.

A substituição de um órgão pelo outro implicaria na necessidade, por exemplo, de cada órgão vinculada ao Governo ser obrigado a criar o seu próprio assessoramento jurídico que trabalharia independente dos demais e não de uma forma globalizada como é atualmente. A criação da Procuradoria-Geral da União, diz Cid Heráclito, seria extremamente onerosa e as despesas seriam constantes desde que todas as novas assessorias estariam trabalhando com o

mesmo objetivo mas em caminhos diferentes.

De acordo com o substitutivo de Bernardo Cabral, em termos de assessoramento jurídico até mesmo o Presidente da República seria atingido, uma vez que o projeto também prevê a extinção da Procuradoria-Geral da República. Na realidade, os juristas que trabalham no Ministério da Fazenda acreditam que, ao invés de promover uma extinção da PGF, o ideal seria transferir para essa outros encargos, como por exemplo a representação judicial da União que hoje é do Ministério Público Federal. Isso não acarretaria, por exemplo, diz o procurador-geral da Fazenda, em um aumento de despesa. Essa despesa, aliás, caso seja confirmada a criação da Procuradoria-Geral da União, sairá mesmo do bolso do contribuinte.

O posicionamento da Fazenda em relação à extinção tem sido freqüentemente debatida tanto com os assessores diretos do presidente José Sarney como com as lideranças partidárias dentro do Congresso Nacional. Os procuradores da República querem a correção do texto constitucional proposto, "que não atende aos interesses da União, do Ministério Público e muito menos da sociedade".